

PF vai indiciar executivos da Odebrecht

Documentos apreendidos revelam organização de poderoso esquema para corromper políticos e autoridades do governo e obter liberação de recursos para obras de interesse da empresa

MARCO ANTÔNIO MOREIRA

BRASÍLIA — Os diretores do escritório da Construtora Norberto Odebrecht em Brasília, Ailton Reis e Rúbio Fernal, serão indiciados pela Polícia Federal por corrupção ativa com

base nos documentos apreendidos na casa de Reis na quinta-feira. A polícia acha que eles organizaram um poderoso lobby da empreiteira, com o objetivo de corromper políticos e autoridades do governo e obter a liberação de recursos para obras de interesse da empresa.

Os agentes federais que cumpriram o mandado de busca e apreensão autorizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) não escondiam ontem sua irritação com a constatação de que a ordem para vasculhar a casa dos dois diretores vazou. "Infelizmente, os políticos denunciados ainda estão no exercício de seus mandatos", disse um policial que participou da operação. "Eles avisaram e os documentos, em parte, foram destruídos, disso temos certeza."

A Polícia Federal chegou a esta conclusão porque na casa de Rúbio Fernal não foi encontrado um só documento comprometedor, ao contrário do que aconteceu na casa de Ailton Reis. Os policiais descobriram que a Construtora Andrade Gutierrez, com sede em Belo Horizonte, foi avisada das

buscas nas casas dos diretores da Odebrecht e, preventivamente, destruiu seus arquivos. A destruição de documentos foi a saída encontrada também pela Queiroz Galvão, mas parte dos papéis foi recuperada pelo Estado em outubro.

Os documentos apreendidos estão sendo analisados

pela subcomissão de assuntos patrimoniais da CPI do Orçamento e incluem uma carta assinada pelo presidente da empreiteira, Emilio Odebrecht, ao então ministro-chefe da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Ângelo Calmon de Sá, pedindo sua interferência na liberação de recursos para uma obra que não tinha relação com a área. Para integrantes da CPI, por si só não é grave, mas comprova o poder de pressão da empreiteira sobre o governo Collor.

**ACUSAÇÃO
SERÁ DE
CORRUPÇÃO
ATIVA**